

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA PARTE ESPECIAL DO CÓDIGO PENAL ...	1
I. Divisão do Código Penal em partes	1
II. Precedência histórica da Parte Especial	1
III. Importância da Parte Especial	2
IV. Título do crime	2
V. Apresentação da Parte Especial	2
VI. A divisão da Parte Especial do Código Penal	4
1. DOS CRIMES CONTRA A PESSOA	7
1.1. Dos crimes contra a vida	7
1.1.1. Fundamento constitucional	7
1.1.2. Crimes contra a vida: espécies, competência e ação penal	8
1.1.3. Art. 121 – Homicídio	9
1.1.3.1. Dispositivo legal	9
1.1.3.2. Estrutura do tipo penal	10
1.1.3.3. Homicídio simples	11
1.1.3.4. Homicídio privilegiado	17
1.1.3.5. Homicídio qualificado: art. 121, § 2.º	22
1.1.3.6. Causas de aumento da pena no homicídio doloso: art. 121, § 4.º, 2.ª parte, e art. 121, § 6.º	50
1.1.3.7. Homicídio culposo: art. 121, § 3.º	53
1.1.4. Art. 122 – Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio	59
1.1.4.1. Dispositivo legal	59
1.1.4.2. Conceito de suicídio	59
1.1.4.3. <i>Nomen iuris</i>	59
1.1.4.4. Objetividade jurídica	60
1.1.4.5. Objeto material	60
1.1.4.6. Núcleo do tipo	60
1.1.4.7. Sujeito ativo	61
1.1.4.8. Sujeito passivo	62
1.1.4.9. Elemento subjetivo	62

	1.1.4.10.	Consumação	62
	1.1.4.11.	Tentativa.....	62
	1.1.4.12.	Pacto de morte.....	62
	1.1.4.13.	Roleta-russa e duelo americano.....	63
	1.1.4.14.	Classificação doutrinária	63
	1.1.4.15.	Aumento de pena.....	64
1.1.5.	Art. 123 –	Infanticídio.....	65
	1.1.5.1.	Dispositivo legal.....	65
	1.1.5.2.	Conceito	65
	1.1.5.3.	Objetividade jurídica	65
	1.1.5.4.	Objeto material.....	65
	1.1.5.5.	Sujeito ativo.....	66
	1.1.5.6.	Sujeito passivo.....	67
	1.1.5.7.	Elemento subjetivo.....	67
	1.1.5.8.	Influência do estado puerperal: conceito e prova	68
	1.1.5.9.	Elemento temporal: “logo após o parto”	68
	1.1.5.10.	Consumação	69
	1.1.5.11.	Tentativa.....	69
	1.1.5.12.	Classificação doutrinária	69
1.1.6.	Arts. 124 a 128 –	Aborto.....	69
	1.1.6.1.	Noções introdutórias	69
	1.1.6.2.	Aborto criminoso.....	71
	1.1.6.3.	Crimes em espécie	74
	1.1.6.4.	Aborto legal ou permitido: art. 128.....	81
	1.1.6.5.	Aborto eugênico ou eugenésico.....	84
	1.1.6.6.	O tratamento jurídico-penal da anencefalia e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal....	85
	1.1.6.7.	A questão da microcefalia	87
	1.1.6.8.	Aborto econômico, miserável ou social.....	90
1.2.	Das lesões corporais.....		90
	1.2.1.	Dispositivo legal.....	90
	1.2.2.	Estrutura do crime.....	92
	1.2.3.	Noções gerais.....	92
	1.2.3.1.	Conceito de lesão corporal.....	92
	1.2.3.2.	Objetividade jurídica	93
	1.2.3.3.	Objeto material.....	93
	1.2.3.4.	Núcleo do tipo.....	93
	1.2.3.5.	Sujeito ativo	94
	1.2.3.6.	Sujeito passivo.....	94
	1.2.3.7.	Elemento subjetivo.....	94
	1.2.3.8.	Consumação	94

	1.2.3.9.	Tentativa.....	94
	1.2.3.10.	Classificação doutrinária.....	94
	1.2.3.11.	Outras observações.....	95
1.2.4.	Art. 129 –	Lesão corporal dolosa.....	97
	1.2.4.1.	Lesão corporal leve.....	97
	1.2.4.2.	Lesão corporal de natureza grave em sentido amplo.....	98
	1.2.4.3.	Lesão corporal seguida de morte: § 3.º.....	108
	1.2.4.4.	Lesão corporal dolosa privilegiada: causa de diminuição de pena (art. 129, § 4.º).....	109
	1.2.4.5.	Lesões corporais leves e substituição da pena: § 5.º.....	109
	1.2.4.6.	Aumento de pena na lesão corporal dolosa: § 7.º.....	110
	1.2.4.7.	Lesão corporal culposa: § 6.º.....	110
	1.2.4.8.	Lesão corporal e violência doméstica: § 9.º.....	112
1.3.	Da periclitación da vida e da saúde.....		118
	1.3.1.	Art. 130 – Perigo de contágio venéreo.....	119
		1.3.1.1. Dispositivo legal.....	119
		1.3.1.2. Espécies criminosas.....	120
		1.3.1.3. Objetividade jurídica.....	120
		1.3.1.4. Objeto material.....	120
		1.3.1.5. Núcleo do tipo.....	120
		1.3.1.6. Sujeito ativo.....	120
		1.3.1.7. Sujeito passivo.....	121
		1.3.1.8. Elemento subjetivo.....	121
		1.3.1.9. Consumação.....	122
		1.3.1.10. Tentativa.....	123
		1.3.1.11. Concurso de crimes.....	123
		1.3.1.12. Ação penal.....	123
		1.3.1.13. Classificação doutrinária.....	124
	1.3.2.	Art. 131 – Perigo de contágio de moléstia grave.....	124
		1.3.2.1. Dispositivo legal.....	124
		1.3.2.2. Objetividade jurídica.....	124
		1.3.2.3. Objeto material.....	124
		1.3.2.4. Núcleo do tipo.....	124
		1.3.2.5. Sujeito ativo.....	125
		1.3.2.6. Sujeito passivo.....	125
		1.3.2.7. Elemento subjetivo.....	125
		1.3.2.8. Consumação.....	125
		1.3.2.9. Tentativa.....	126
		1.3.2.10. Concurso de crimes.....	126

	1.3.2.11.	Ação penal.....	126
	1.3.2.12.	Suspensão condicional do processo.....	126
	1.3.2.13.	Classificação doutrinária.....	126
1.3.3.	Art. 132 –	Perigo para a vida ou saúde de outrem.....	127
	1.3.3.1.	Dispositivo legal.....	127
	1.3.3.2.	Objetividade jurídica.....	127
	1.3.3.3.	Objeto material.....	127
	1.3.3.4.	Núcleo do tipo.....	127
	1.3.3.5.	Sujeito ativo.....	128
	1.3.3.6.	Sujeito passivo.....	128
	1.3.3.7.	Elemento subjetivo.....	128
	1.3.3.8.	Consumação.....	128
	1.3.3.9.	Tentativa.....	128
	1.3.3.10.	Subsidiariedade expressa.....	128
	1.3.3.11.	Lei 9.099/1995.....	129
	1.3.3.12.	Causa de aumento de pena.....	129
	1.3.3.13.	Ação penal.....	130
	1.3.3.14.	Estatuto do Idoso.....	130
	1.3.3.15.	Classificação doutrinária.....	130
1.3.4.	Art. 133 –	Abandono de incapaz.....	130
	1.3.4.1.	Dispositivo legal.....	130
	1.3.4.2.	Espécies criminosas.....	131
	1.3.4.3.	Objetividade jurídica.....	131
	1.3.4.4.	Objeto material.....	132
	1.3.4.5.	Núcleo do tipo.....	132
	1.3.4.6.	Sujeito ativo.....	132
	1.3.4.7.	Sujeito passivo.....	133
	1.3.4.8.	Elemento subjetivo.....	133
	1.3.4.9.	Consumação.....	133
	1.3.4.10.	Tentativa.....	133
	1.3.4.11.	Classificação doutrinária.....	133
	1.3.4.12.	Ação penal.....	133
	1.3.4.13.	Distinção.....	133
	1.3.4.14.	Figuras qualificadas: §§ 1.º e 2.º.....	134
	1.3.4.15.	Causas de aumento de pena.....	134
	1.3.4.16.	Abandono de incapaz e Estatuto da Pessoa com Deficiência.....	135
1.3.5.	Art. 134 –	Exposição ou abandono de recém-nascido.....	135
	1.3.5.1.	Dispositivo legal.....	135
	1.3.5.2.	Introdução.....	136
	1.3.5.3.	Espécies criminosas.....	136
	1.3.5.4.	Objetividade jurídica.....	136

1.3.5.5.	Objeto material	136
1.3.5.6.	Núcleos do tipo	136
1.3.5.7.	Elemento normativo	136
1.3.5.8.	Sujeito ativo	137
1.3.5.9.	Sujeito passivo.....	137
1.3.5.10.	Elemento subjetivo	137
1.3.5.11.	Consumação	137
1.3.5.12.	Tentativa.....	137
1.3.5.13.	Figuras qualificadas: §§ 1.º e 2.º.....	138
1.3.5.14.	Ação penal.....	138
1.3.5.15.	Classificação doutrinária	138
1.3.6.	Art. 135 – Omissão de socorro	138
1.3.6.1.	Dispositivo legal.....	138
1.3.6.2.	Objetividade jurídica	139
1.3.6.3.	Objeto material	139
1.3.6.4.	Núcleos do tipo	139
1.3.6.5.	Elemento normativo do tipo.....	140
1.3.6.6.	Sujeito ativo	141
1.3.6.7.	Sujeito passivo.....	141
1.3.6.8.	Elemento subjetivo	143
1.3.6.9.	Consumação	143
1.3.6.10.	Tentativa.....	143
1.3.6.11.	Causa de aumento de pena	143
1.3.6.12.	Classificação doutrinária	144
1.3.6.13.	Omissão de socorro e Código de Trânsito Brasileiro	144
1.3.7.	Art. 135-A – Condicionamento de atendimento médico-hospitalar emergencial	145
1.3.7.1.	Dispositivo legal.....	145
1.3.7.2.	Introdução.....	146
1.3.7.3.	Objetividade jurídica	147
1.3.7.4.	Objeto material	147
1.3.7.5.	Núcleo do tipo.....	148
1.3.7.6.	Sujeito ativo	149
1.3.7.7.	Sujeito passivo.....	149
1.3.7.8.	Elemento subjetivo.....	149
1.3.7.9.	Consumação	150
1.3.7.10.	Tentativa.....	150
1.3.7.11.	Ação penal.....	150
1.3.7.12.	Lei 9.099/1995.....	150
1.3.7.13.	Classificação doutrinária	151

	1.3.7.14.	Causas de aumento da pena: art. 135-A, parágrafo único	151
	1.3.7.15.	Estatuto do Idoso	152
1.3.8.	Art. 136 – Maus-tratos		152
	1.3.8.1.	Dispositivo legal.....	152
	1.3.8.2.	Objetividade jurídica	153
	1.3.8.3.	Objeto material	153
	1.3.8.4.	Núcleo do tipo	153
	1.3.8.5.	Sujeito ativo	155
	1.3.8.6.	Sujeito passivo.....	155
	1.3.8.7.	Elemento subjetivo.....	156
	1.3.8.8.	Consumação	156
	1.3.8.9.	Tentativa.....	157
	1.3.8.10.	Figuras qualificadas: §§ 1.º e 2.º.....	157
	1.3.8.11.	Causa de aumento de pena	157
	1.3.8.12.	Ação penal.....	157
	1.3.8.13.	Classificação doutrinária	157
	1.3.8.14.	Maus-tratos e agravantes genéricas.....	158
	1.3.8.15.	Art. 232 do Estatuto da Criança e do Adolescente e maus-tratos: distinção	158
	1.3.8.16.	Tortura e maus-tratos: distinção.....	158
1.4.	Da rixa.....		159
	1.4.1.	Dispositivo legal.....	159
	1.4.2.	Conceito	159
	1.4.3.	Objetividade jurídica.....	160
	1.4.4.	Objeto material	160
	1.4.5.	Núcleo do tipo	160
	1.4.6.	Sujeitos do crime: ativo e passivo	161
	1.4.7.	Elemento subjetivo	161
	1.4.8.	Consumação	161
	1.4.9.	Tentativa	161
	1.4.10.	Rixa qualificada: art. 137, parágrafo único.....	162
	1.4.11.	Rixa e legítima defesa.....	163
	1.4.12.	Ação penal	164
	1.4.13.	Lei 9.099/1995.....	164
	1.4.14.	Classificação doutrinária	164
1.5.	Dos crimes contra a honra.....		164
	1.5.1.	Introdução.....	164
	1.5.2.	Conceito de honra.....	165
	1.5.3.	Espécies de honra.....	165
	1.5.4.	Art. 138 – Calúnia	166
	1.5.4.1.	Dispositivo legal.....	166

1.5.4.2.	Conceito	167
1.5.4.3.	Objetividade jurídica	167
1.5.4.4.	Objeto material	167
1.5.4.5.	Núcleo do tipo	167
1.5.4.6.	Elemento normativo do tipo: “falsamente”	168
1.5.4.7.	Formas de calúnia	168
1.5.4.8.	Consumação	169
1.5.4.9.	Tentativa	169
1.5.4.10.	Calúnia e denúncia caluniosa: distinções	169
1.5.4.11.	Subtipo da calúnia: art. 138, § 1.º	169
1.5.4.12.	Calúnia contra os mortos	170
1.5.4.13.	Exceção da verdade: art. 138, § 3.º	170
1.5.5.	Art. 139 – Difamação	174
1.5.5.1.	Dispositivo legal	174
1.5.5.2.	Conceito	174
1.5.5.3.	Objetividade jurídica	175
1.5.5.4.	Objeto material	175
1.5.5.5.	Núcleo do tipo	175
1.5.5.6.	Consumação	175
1.5.5.7.	Tentativa	176
1.5.5.8.	Exceção da verdade	176
1.5.5.9.	Exceção de notoriedade	177
1.5.6.	Art. 140 – Injúria	178
1.5.6.1.	Dispositivo legal	178
1.5.6.2.	Estrutura do tipo penal	179
1.5.6.3.	Conceito	179
1.5.6.4.	Objetividade jurídica	179
1.5.6.5.	Objeto material	179
1.5.6.6.	Núcleo do tipo	179
1.5.6.7.	Consumação	180
1.5.6.8.	Tentativa	180
1.5.6.9.	Exceção da verdade	181
1.5.6.10.	Perdão judicial: art. 140, § 1.º	181
1.5.6.11.	Injúria real: art. 140, § 2.º	183
1.5.6.12.	Injúria qualificada: art. 140, § 3.º	183
1.5.6.13.	Injúria contra funcionário público e desacato: distinção	185
1.5.6.14.	Injúria cometida pela internet e competência ...	186
1.5.6.15.	Injúria eleitoral	186
1.5.7.	Arts. 141 a 145 – Apontamentos comuns aos crimes contra a honra	187
1.5.7.1.	Introdução	187

1.5.7.2.	Disposições comuns: art. 141.....	196
1.5.7.3.	Exclusão do crime: art. 142.....	199
1.5.7.4.	Retratação	203
1.5.7.5.	Pedido de explicações: art. 144.....	204
1.5.7.6.	Ação penal nos crimes contra a honra.....	206
1.5.8.	Quadro sinótico dos crimes contra a honra.....	208
1.6.	Dos crimes contra a liberdade individual.....	210
1.6.1.	Dos crimes contra a liberdade pessoal.....	210
1.6.1.1.	Art. 146 – Constrangimento ilegal	210
1.6.1.2.	Art. 147 – Ameaça.....	217
1.6.1.3.	Art. 148 – Sequestro e cárcere privado	221
1.6.1.4.	Art. 149 – Redução a condição análoga à de escravo.....	228
1.6.1.5.	Art. 149-A – Tráfico de pessoas.....	238
1.6.2.	Dos crimes contra a inviolabilidade do domicílio.....	252
1.6.2.1.	Art. 150 – Violação de domicílio.....	252
1.6.3.	Dos crimes contra a inviolabilidade de correspondência.....	268
1.6.3.1.	Art. 151 – Violação de correspondência	268
1.6.3.2.	Art. 152 – Correspondência comercial.....	279
1.6.4.	Dos crimes contra a inviolabilidade dos segredos.....	281
1.6.4.1.	Art. 153 – Divulgação de segredo	282
1.6.4.2.	Art. 154 – Violação do segredo profissional.....	288
1.6.4.3.	Art. 154-A – Invasão de dispositivo informático.....	293
2.	DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO.....	303
2.1.	Fundamento constitucional e terminologia legal.....	303
2.2.	Conceito de patrimônio	303
2.3.	Critério legislativo para eleição dos crimes contra o patrimônio.....	304
2.4.	Do furto.....	305
2.4.1.	Art. 155 – Furto	305
2.4.1.1.	Dispositivo legal.....	305
2.4.1.2.	Estrutura do tipo penal.....	306
2.4.1.3.	Objetividade jurídica	306
2.4.1.4.	Objeto material.....	307
2.4.1.5.	Núcleo do tipo.....	313
2.4.1.6.	Sujeito ativo	313
2.4.1.7.	Sujeito passivo.....	314
2.4.1.8.	Elemento subjetivo.....	315
2.4.1.9.	Consumação	317
2.4.1.10.	Tentativa.....	318
2.4.1.11.	Ação penal.....	320

2.4.1.12.	Lei 9.099/1995.....	320
2.4.1.13.	Classificação doutrinária.....	320
2.4.1.14.	Furto e conflito aparente de normas penais	321
2.4.1.15.	Furto praticado durante o repouso noturno: art. 155, § 1.º.....	321
2.4.1.16.	Furto privilegiado: art. 155, § 2.º.....	324
2.4.1.17.	Furto qualificado: art. 155, §§ 4.º, 4.º-A, 5.º, 6.º e 7.º.....	327
2.4.2.	Art. 156 – Furto de coisa comum	353
2.4.2.1.	Dispositivo legal.....	353
2.4.2.2.	Conceito.....	353
2.4.2.3.	Objetividade jurídica	354
2.4.2.4.	Objeto material.....	354
2.4.2.5.	Núcleo do tipo.....	354
2.4.2.6.	Sujeito ativo.....	354
2.4.2.7.	Sujeito passivo.....	355
2.4.2.8.	Elemento subjetivo.....	355
2.4.2.9.	Consumação.....	355
2.4.2.10.	Tentativa.....	355
2.4.2.11.	Ação penal.....	355
2.4.2.12.	Lei 9.099/1995.....	356
2.4.2.13.	Causa especial de exclusão da ilicitude: art. 156, § 2.º.....	356
2.4.2.14.	Classificação doutrinária.....	356
2.5.	Do roubo e da extorsão	357
2.5.1.	Art. 157 – Roubo	357
2.5.1.1.	Dispositivo legal.....	357
2.5.1.2.	Estrutura do tipo penal.....	358
2.5.1.3.	Roubo próprio: art. 157, <i>caput</i> , do Código Penal	358
2.5.1.4.	Roubo impróprio: art. 157, § 1.º, do Código Penal	370
2.5.1.5.	Roubo circunstanciado, majorado ou agravado: art. 157, §§ 2.º e 2.º-A, do Código Penal.....	374
2.5.1.6.	Roubo qualificado: art. 157, § 3.º, do Código Penal	396
2.5.2.	Art. 158 – Extorsão.....	406
2.5.2.1.	Dispositivo legal.....	406
2.5.2.2.	Introdução.....	407
2.5.2.3.	Objetividade jurídica	407
2.5.2.4.	Objeto material.....	408
2.5.2.5.	Núcleo do tipo.....	408
2.5.2.6.	Sujeito ativo.....	412

	2.5.2.7.	Sujeito passivo.....	413
	2.5.2.8.	Elemento subjetivo.....	413
	2.5.2.9.	Consumação.....	413
	2.5.2.10.	Tentativa.....	414
	2.5.2.11.	Ação penal.....	415
	2.5.2.12.	Classificação doutrinária.....	415
	2.5.2.13.	Causas de aumento de pena: art. 158, § 1.º.....	415
	2.5.2.14.	Extorsão qualificada: art. 158, § 2.º.....	416
	2.5.2.15.	Extorsão mediante restrição da liberdade da vítima ou sequestro-relâmpago: art. 158, § 3.º, do Código Penal.....	417
2.5.3.	Art. 159 –	Extorsão mediante sequestro.....	422
	2.5.3.1.	Dispositivo legal.....	422
	2.5.3.2.	Extorsão mediante sequestro e Lei dos Crimes Hediondos.....	423
	2.5.3.3.	Objetividade jurídica.....	423
	2.5.3.4.	Objeto material.....	423
	2.5.3.5.	Núcleo do tipo.....	423
	2.5.3.6.	Sujeito ativo.....	424
	2.5.3.7.	Sujeito passivo.....	425
	2.5.3.8.	Elemento subjetivo.....	425
	2.5.3.9.	Consumação.....	427
	2.5.3.10.	Tentativa.....	428
	2.5.3.11.	Ação penal.....	428
	2.5.3.12.	Classificação doutrinária.....	428
	2.5.3.13.	Figuras qualificadas.....	428
	2.5.3.14.	Delação premiada: § 4.º.....	432
	2.5.3.15.	Extorsão mediante sequestro e tráfico de pessoas: meios especiais de prevenção e repressão.....	437
2.5.4.	Art. 160 –	Extorsão indireta.....	438
	2.5.4.1.	Dispositivo legal.....	438
	2.5.4.2.	Introdução.....	438
	2.5.4.3.	Objetividade jurídica.....	438
	2.5.4.4.	Objeto material.....	438
	2.5.4.5.	Núcleos do tipo.....	439
	2.5.4.6.	Sujeito ativo.....	440
	2.5.4.7.	Sujeito passivo.....	440
	2.5.4.8.	Elemento subjetivo.....	440
	2.5.4.9.	Consumação.....	441
	2.5.4.10.	Tentativa.....	441
	2.5.4.11.	Ação penal.....	441
	2.5.4.12.	Lei 9.099/1995.....	441

2.5.4.13.	Classificação doutrinária	441
2.5.4.14.	Concurso de crimes: extorsão indireta e denúncia caluniosa	442
2.6.	Da usurpação.....	442
2.6.1.	Art. 161 – Alteração de limites, usurpação de águas e esbulho possessório	443
2.6.1.1.	Dispositivo legal.....	443
2.6.1.2.	Pluralidade de crimes	443
2.6.1.3.	Alteração de limites: art. 161, <i>caput</i>	444
2.6.1.4.	Usurpação de águas: art. 161, § 1.º, inciso I	447
2.6.1.5.	Esbulho possessório: art. 161, § 1.º, inciso II....	448
2.6.2.	Art. 162 – Supressão ou alteração de marca em animais	454
2.6.2.1.	Dispositivo legal.....	454
2.6.2.2.	Objetividade jurídica	454
2.6.2.3.	Objeto material	454
2.6.2.4.	Núcleos do tipo	454
2.6.2.5.	Elemento normativo do tipo.....	455
2.6.2.6.	Sujeito ativo	455
2.6.2.7.	Sujeito passivo.....	455
2.6.2.8.	Elemento subjetivo	455
2.6.2.9.	Consumação	455
2.6.2.10.	Tentativa.....	456
2.6.2.11.	Ação penal.....	456
2.6.2.12.	Lei 9.099/1995.....	456
2.6.2.13.	Classificação doutrinária	456
2.7.	Do dano.....	457
2.7.1.	Art. 163 – Dano	457
2.7.1.1.	Dispositivo legal.....	457
2.7.1.2.	Objetividade jurídica	457
2.7.1.3.	Objeto material	457
2.7.1.4.	Núcleos do tipo	458
2.7.1.5.	Sujeito ativo	460
2.7.1.6.	Sujeito passivo.....	461
2.7.1.7.	Elemento subjetivo	461
2.7.1.8.	Consumação	461
2.7.1.9.	Tentativa.....	462
2.7.1.10.	Ação penal.....	462
2.7.1.11.	Lei 9.099/1995.....	462
2.7.1.12.	Classificação doutrinária	462
2.7.1.13.	Figuras qualificadas: art. 163, parágrafo único....	462
2.7.2.	Art. 164 – Introdução ou abandono de animais em propriedade alheia.....	466

2.7.2.1.	Dispositivo legal.....	466
2.7.2.2.	Introdução.....	466
2.7.2.3.	Objetividade jurídica	467
2.7.2.4.	Objeto material	467
2.7.2.5.	Núcleos do tipo	467
2.7.2.6.	Elemento normativo do tipo.....	467
2.7.2.7.	Ocorrência de prejuízo.....	468
2.7.2.8.	Sujeito ativo	468
2.7.2.9.	Sujeito passivo.....	468
2.7.2.10.	Elemento subjetivo.....	469
2.7.2.11.	Consumação	469
2.7.2.12.	Tentativa.....	469
2.7.2.13.	Ação penal.....	469
2.7.2.14.	Lei 9.099/1995.....	469
2.7.2.15.	Classificação doutrinária	469
2.7.3.	Art. 165 – Dano em coisa de valor artístico, arqueológico ou histórico.....	470
2.7.3.1.	Dispositivo legal.....	470
2.7.3.2.	Revogação	470
2.7.4.	Art. 166 – Alteração de local especialmente protegido	470
2.7.4.1.	Dispositivo legal.....	470
2.7.4.2.	Revogação	470
2.8.	Da apropriação indébita.....	471
2.8.1.	Introdução.....	471
2.8.2.	O privilégio na apropriação indébita.....	471
2.8.2.1.	Apropriação indébita privilegiada e princípio da insignificância.....	471
2.8.2.2.	Apropriação indébita previdenciária, privilégio e perdão judicial.....	472
2.8.3.	Art. 168 – Apropriação indébita	473
2.8.3.1.	Dispositivo legal.....	473
2.8.3.2.	Conceito	473
2.8.3.3.	Objetividade jurídica	474
2.8.3.4.	Objeto material	474
2.8.3.5.	Núcleo do tipo	475
2.8.3.6.	Sujeito ativo	478
2.8.3.7.	Sujeito passivo.....	478
2.8.3.8.	Elemento subjetivo.....	478
2.8.3.9.	Consumação	480
2.8.3.10.	Tentativa.....	481
2.8.3.11.	Ação penal.....	481
2.8.3.12.	Lei 9.099/1995.....	481

2.8.3.13.	Interpelação judicial e prestação de contas na esfera civil.....	481
2.8.3.14.	Competência.....	482
2.8.3.15.	Classificação doutrinária.....	482
2.8.3.16.	Causas de aumento da pena: art. 168, § 1.º.....	482
2.8.3.17.	Hipóteses especiais de apropriação indébita.....	485
2.8.4.	Art. 168-A – Apropriação indébita previdenciária.....	486
2.8.4.1.	Dispositivo legal.....	486
2.8.4.2.	Localização no Código Penal e denominação legal.....	487
2.8.4.3.	Constitucionalidade da incriminação.....	489
2.8.4.4.	Objetividade jurídica.....	489
2.8.4.5.	Objeto material.....	491
2.8.4.6.	Núcleo do tipo.....	491
2.8.4.7.	Sujeito ativo.....	491
2.8.4.8.	Sujeito passivo.....	493
2.8.4.9.	Elemento subjetivo.....	493
2.8.4.10.	Consumação.....	493
2.8.4.11.	Tentativa.....	494
2.8.4.12.	Ação penal.....	494
2.8.4.13.	Competência.....	494
2.8.4.14.	Dificuldades financeiras e reflexos jurídico-penais.....	494
2.8.4.15.	Classificação doutrinária.....	495
2.8.4.16.	Figuras equiparadas: § 1.º.....	495
2.8.4.17.	Extinção da punibilidade: § 2.º.....	496
2.8.4.18.	Perdão judicial e aplicação isolada da pena de multa: § 3.º.....	498
2.8.4.19.	Prévio esgotamento da via administrativa e ausência de justa causa para a ação penal.....	499
2.8.4.20.	Princípio da insignificância.....	500
2.8.5.	Art. 169 – Apropriação de coisa havida por erro, caso fortuito ou força da natureza.....	501
2.8.5.1.	Dispositivo legal.....	501
2.8.5.2.	Introdução.....	501
2.8.5.3.	Objetividade jurídica.....	502
2.8.5.4.	Objeto material.....	502
2.8.5.5.	Núcleo do tipo.....	502
2.8.5.6.	Sujeito ativo.....	504
2.8.5.7.	Sujeito passivo.....	504
2.8.5.8.	Elemento subjetivo.....	505
2.8.5.9.	Consumação.....	505

	2.8.5.10.	Tentativa.....	505
	2.8.5.11.	Ação penal.....	505
	2.8.5.12.	Lei 9.099/1995.....	505
	2.8.5.13.	Classificação doutrinária.....	506
	2.8.5.14.	Figuras equiparadas: art. 169, parágrafo único, do Código Penal.....	506
2.9.		Do estelionato e outras fraudes.....	508
2.9.1.		Art. 171 – Estelionato.....	508
	2.9.1.1.	Dispositivo legal.....	508
	2.9.1.2.	Introdução.....	510
	2.9.1.3.	Objetividade jurídica.....	510
	2.9.1.4.	Objeto material.....	510
	2.9.1.5.	Núcleo do tipo.....	510
	2.9.1.6.	Sujeito ativo.....	516
	2.9.1.7.	Sujeito passivo.....	516
	2.9.1.8.	Elemento subjetivo.....	518
	2.9.1.9.	Consumação.....	519
	2.9.1.10.	Tentativa.....	522
	2.9.1.11.	Ação penal.....	523
	2.9.1.12.	Lei 9.099/1995.....	523
	2.9.1.13.	Classificação doutrinária.....	524
	2.9.1.14.	Competência.....	524
	2.9.1.15.	Estelionato e torpeza bilateral (fraude nos negócios ilícitos ou imorais).....	526
	2.9.1.16.	Estelionato e jogo de azar.....	527
	2.9.1.17.	Estelionato e curandeirismo.....	528
	2.9.1.18.	Estelionato e falsidade documental.....	528
	2.9.1.19.	Estelionato e Lei de Falências.....	531
	2.9.1.20.	Estelionato e crime contra o sistema financeiro nacional.....	532
	2.9.1.21.	Estelionato e Estatuto da Pessoa com Deficiência.....	533
	2.9.1.22.	Estelionato privilegiado: § 1.º.....	533
	2.9.1.23.	Figuras equiparadas ao estelionato: § 2.º.....	534
	2.9.1.24.	Causa de aumento da pena: § 3.º.....	551
2.9.2.		Art. 172 – Duplicata simulada.....	552
	2.9.2.1.	Dispositivo legal.....	552
	2.9.2.2.	Objetividade jurídica.....	553
	2.9.2.3.	Objeto material.....	553
	2.9.2.4.	Núcleo do tipo.....	553
	2.9.2.5.	Sujeito ativo.....	553
	2.9.2.6.	Sujeito passivo.....	553
	2.9.2.7.	Elemento subjetivo.....	554

	2.9.2.8.	Consumação	554
	2.9.2.9.	Tentativa	555
	2.9.2.10.	Ação penal	555
	2.9.2.11.	Classificação doutrinária	555
	2.9.2.12.	A questão da “triplicata”	555
	2.9.2.13.	Figura equiparada: parágrafo único	555
2.9.3.	Art. 173 –	Abuso de incapazes	556
	2.9.3.1.	Dispositivo legal	556
	2.9.3.2.	Objetividade jurídica	556
	2.9.3.3.	Objeto material	556
	2.9.3.4.	Núcleos do tipo	556
	2.9.3.5.	Sujeito ativo	557
	2.9.3.6.	Sujeito passivo	557
	2.9.3.7.	Elemento subjetivo	557
	2.9.3.8.	Consumação	557
	2.9.3.9.	Tentativa	557
	2.9.3.10.	Ação penal	557
	2.9.3.11.	Classificação doutrinária	558
2.9.4.	Art. 174 –	Induzimento à especulação	558
	2.9.4.1.	Dispositivo legal	558
	2.9.4.2.	Objetividade jurídica	558
	2.9.4.3.	Objeto material	558
	2.9.4.4.	Núcleos do tipo	558
	2.9.4.5.	Sujeito ativo	559
	2.9.4.6.	Sujeito passivo	559
	2.9.4.7.	Elemento subjetivo	559
	2.9.4.8.	Consumação	560
	2.9.4.9.	Tentativa	560
	2.9.4.10.	Ação penal	560
	2.9.4.11.	Lei 9.099/1995	560
	2.9.4.12.	Classificação doutrinária	560
2.9.5.	Art. 175 –	Fraude no comércio	561
	2.9.5.1.	Dispositivo legal	561
	2.9.5.2.	Objetividade jurídica	561
	2.9.5.3.	Objeto material	561
	2.9.5.4.	Núcleo do tipo	562
	2.9.5.5.	Sujeito ativo	562
	2.9.5.6.	Sujeito passivo	563
	2.9.5.7.	Elemento subjetivo	563
	2.9.5.8.	Consumação	563
	2.9.5.9.	Tentativa	563
	2.9.5.10.	Ação penal	563
	2.9.5.11.	Lei 9.099/1995	563

	2.9.5.12.	Classificação doutrinária.....	563
	2.9.5.13.	Forma qualificadora: § 1.º.....	563
	2.9.5.14.	Figura privilegiada: § 2.º.....	564
	2.9.5.15.	Competência.....	564
	2.9.5.16.	Fraude no comércio e estelionato: distinção. Possibilidade de ocorrência do crime tipificado pelo art. 273, § 1.º, do Código Penal.....	565
2.9.6.	Art. 176 –	Outras fraudes.....	565
	2.9.6.1.	Dispositivo legal.....	565
	2.9.6.2.	Introdução.....	566
	2.9.6.3.	Objetividade jurídica.....	566
	2.9.6.4.	Objeto material.....	566
	2.9.6.5.	Núcleos do tipo.....	566
	2.9.6.6.	Sujeito ativo.....	568
	2.9.6.7.	Sujeito passivo.....	568
	2.9.6.8.	Elemento subjetivo.....	568
	2.9.6.9.	Consumação.....	568
	2.9.6.10.	Tentativa.....	568
	2.9.6.11.	Perdão judicial.....	569
	2.9.6.12.	Ação penal.....	569
	2.9.6.13.	Lei 9.099/1995.....	569
	2.9.6.14.	Classificação doutrinária.....	569
	2.9.6.15.	O tratamento jurídico-penal da pendura.....	570
2.9.7.	Art. 177 –	Fraude e abusos na fundação ou administração de sociedade por ações.....	570
	2.9.7.1.	Dispositivo legal.....	570
	2.9.7.2.	Objetividade jurídica.....	571
	2.9.7.3.	Objeto material.....	571
	2.9.7.4.	Núcleo do tipo.....	572
	2.9.7.5.	Sujeito ativo.....	572
	2.9.7.6.	Sujeito passivo.....	572
	2.9.7.7.	Elemento subjetivo.....	572
	2.9.7.8.	Consumação.....	572
	2.9.7.9.	Tentativa.....	573
	2.9.7.10.	Subsidiariedade expressa.....	573
	2.9.7.11.	Ação penal.....	573
	2.9.7.12.	Lei 9.099/1995.....	573
	2.9.7.13.	Classificação doutrinária.....	573
	2.9.7.14.	Figuras equiparadas: § 1.º.....	573
	2.9.7.15.	Crime de negociação ilícita de voto: § 2.º.....	577
	2.9.7.16.	Extinção da punibilidade.....	577
2.9.8.	Art. 178 –	Emissão irregular de conhecimento de depósito ou <i>warrant</i>	578

2.9.8.1.	Dispositivo legal.....	578
2.9.8.2.	Objetividade jurídica	578
2.9.8.3.	Objeto material.....	578
2.9.8.4.	Núcleo do tipo.....	579
2.9.8.5.	Sujeito ativo.....	580
2.9.8.6.	Sujeito passivo.....	580
2.9.8.7.	Elemento subjetivo.....	580
2.9.8.8.	Consumação.....	580
2.9.8.9.	Tentativa.....	580
2.9.8.10.	Ação penal.....	580
2.9.8.11.	Lei 9.099/1995.....	580
2.9.8.12.	Classificação doutrinária.....	581
2.9.9.	Art. 179 – Fraude à execução.....	581
2.9.9.1.	Dispositivo legal.....	581
2.9.9.2.	Objetividade jurídica	581
2.9.9.3.	Objeto material.....	581
2.9.9.4.	Núcleo do tipo.....	582
2.9.9.5.	Sujeito ativo.....	582
2.9.9.6.	Sujeito passivo.....	582
2.9.9.7.	Elemento subjetivo.....	583
2.9.9.8.	Consumação.....	583
2.9.9.9.	Tentativa.....	583
2.9.9.10.	Ação penal.....	583
2.9.9.11.	Lei 9.099/1995.....	583
2.9.9.12.	Classificação doutrinária.....	583
2.10.	Da receptação.....	584
2.10.1.	Art. 180 – Receptação.....	584
2.10.1.1.	Dispositivo legal.....	584
2.10.1.2.	Estrutura do tipo penal	585
2.10.1.3.	Pontos comuns a todas as espécies de receptação.....	586
2.10.1.4.	Plano de estudo.....	586
2.10.1.5.	Receptação própria: <i>caput</i> , 1. ^a parte.....	586
2.10.1.6.	Receptação imprópria: <i>caput</i> , parte final.....	599
2.10.1.7.	Receptação qualificada pelo exercício de atividade comercial ou industrial: § 1. ^o	600
2.10.1.8.	Receptação privilegiada: § 5. ^o , parte final.....	606
2.10.1.9.	Receptação culposa: § 3. ^o	607
2.10.1.10.	Figuras especiais.....	610
2.10.1.11.	Código de Trânsito Brasileiro e medidas de prevenção e repressão à prática do crime de receptação.....	611

2.10.2	Art. 180-A – Receptação de animal	612
2.10.2.1.	Dispositivo legal.....	612
2.10.2.2.	Introdução	612
2.10.2.3.	A desnecessidade da figura típica	612
2.10.2.4.	Objetividade jurídica	613
2.10.2.5.	Objeto material	613
2.10.2.6.	Sujeito ativo	614
2.10.2.7.	Sujeito passivo.....	614
2.10.2.8.	Elemento subjetivo.....	614
2.10.2.9.	Lei 9.099/1995.....	615
2.10.2.10.	Classificação doutrinária	615
2.10.2.11.	Crime contra as relações de consumo	615
2.11.	Disposições gerais.....	616
2.11.1.	Art. 181 – Imunidades absolutas.....	617
2.11.1.1.	Dispositivo legal.....	617
2.11.1.2.	Denominação	617
2.11.1.3.	Natureza jurídica e efeitos	617
2.11.1.4.	Hipóteses legais.....	618
2.11.1.5.	Observações comuns aos incisos I e II.....	621
2.11.1.6.	Erro quanto à titularidade do objeto material... ..	621
2.11.2.	Art. 182 – Imunidades relativas	622
2.11.2.1.	Dispositivo legal.....	622
2.11.2.2.	Denominação	622
2.11.2.3.	Natureza jurídica e efeitos	623
2.11.2.4.	Hipóteses legais.....	623
2.11.2.5.	Erro quanto à titularidade do objeto material... ..	624
2.11.3.	Art. 183 – Limite de aplicabilidade dos arts. 181 e 182.....	624
2.11.3.1.	Dispositivo legal.....	624
2.11.3.2.	Introdução.....	625
2.11.3.3.	Hipóteses legais.....	625
2.11.3.4.	Imunidades penais nos crimes contra o patrimônio e Lei Maria da Penha	626
3.	DOS CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE IMATERIAL.....	629
3.1.	Dos crimes contra a propriedade intelectual	630
3.1.1.	Art. 184 – Violação de direito autoral	630
3.1.1.1.	Dispositivo legal.....	630
3.1.1.2.	Introdução.....	631
3.1.1.3.	Objetividade jurídica	632
3.1.1.4.	Objeto material	632
3.1.1.5.	Tipo fundamental ou modalidade simples: art. 184, <i>caput</i>	632

3.1.1.6.	Figuras qualificadas: art. 184, §§ 1.º, 2.º e 3.º ...	635
3.1.1.7.	Exceções ou limitações aos direitos autorais: art. 184, § 4.º, do Código Penal	639
3.1.1.8.	Crimes contra a propriedade intelectual e princípio da adequação social	640
3.1.2.	Art. 185 – Usurpação de nome ou pseudônimo alheio	641
3.1.3.	Art. 186 – Ação penal nos crimes contra a propriedade intelectual	641
3.1.3.1.	Dispositivo legal.....	641
3.1.3.2.	Art. 184, <i>caput</i> , do Código Penal.....	642
3.1.3.3.	Art. 184, §§ 1.º e 2.º, do Código Penal	642
3.1.3.4.	Art. 184, § 3.º, do Código Penal.....	642
3.1.3.5.	Disposições processuais especiais relativas aos crimes contra a propriedade intelectual.....	643
3.2.	Dos crimes contra o privilégio de invenção	646
3.3.	Dos crimes contra as marcas de indústria e comércio	646
3.4.	Dos crimes de concorrência desleal.....	646
4.	DOS CRIMES CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO.....	649
4.1.	Introdução.....	649
4.2.	Fundamento constitucional.....	650
4.3.	Competência.....	650
4.4.	Art. 197 – Atentado contra a liberdade de trabalho	651
4.4.1.	Dispositivo legal.....	651
4.4.2.	Objetividade jurídica.....	652
4.4.3.	Objeto material	652
4.4.4.	Núcleo do tipo	652
4.4.4.1.	Exercer ou não exercer arte, ofício, profissão ou indústria: inciso I, 1.ª parte.....	653
4.4.4.2.	Trabalhar ou não trabalhar durante certo período ou em determinados dias: inciso I, 2.ª parte.....	653
4.4.4.3.	Abrir ou fechar o seu estabelecimento de trabalho: inciso II, 1.ª parte.....	653
4.4.4.4.	Participar de greve ou paralisação de atividade econômica: inciso II, 2.ª parte	653
4.4.5.	Sujeito ativo	654
4.4.6.	Sujeito passivo	654
4.4.7.	Elemento subjetivo	654
4.4.8.	Consumação	654
4.4.9.	Tentativa	655
4.4.10.	Ação penal	655
4.4.11.	Lei 9.099/1995.....	655
4.4.12.	Concurso material obrigatório.....	655

4.4.13.	Classificação doutrinária	655
4.5.	Art. 198 – Atentado contra a liberdade de contrato de trabalho e boicotagem violenta	655
4.5.1.	Dispositivo legal.....	655
4.5.2.	Introdução.....	656
4.5.3.	Objetividade jurídica.....	656
4.5.4.	Objeto material	656
4.5.5.	Núcleo do tipo	656
4.5.5.1.	Atentado contra a liberdade de contrato de trabalho: 1. ^a parte.....	656
4.5.5.2.	Boicotagem violenta: 2. ^a parte	657
4.5.6.	Sujeito ativo	657
4.5.7.	Sujeito passivo.....	657
4.5.8.	Elemento subjetivo	658
4.5.9.	Consumação	658
4.5.10.	Tentativa	658
4.5.11.	Ação penal	658
4.5.12.	Lei 9.099/1995.....	658
4.5.13.	Concurso material obrigatório.....	658
4.5.14.	Classificação doutrinária	658
4.6.	Art. 199 – Atentado contra a liberdade de associação	659
4.6.1.	Dispositivo legal.....	659
4.6.2.	Objetividade jurídica.....	659
4.6.3.	Objeto material	659
4.6.4.	Núcleo do tipo	660
4.6.5.	Sujeito ativo	660
4.6.6.	Sujeito passivo.....	661
4.6.7.	Elemento subjetivo	661
4.6.8.	Consumação	661
4.6.9.	Tentativa	661
4.6.10.	Ação penal	661
4.6.11.	Lei 9.099/1995.....	661
4.6.12.	Concurso material obrigatório.....	661
4.6.13.	Classificação doutrinária	661
4.7.	Art. 200 – Paralisação de trabalho, seguida de violência ou perturbação da ordem	662
4.7.1.	Dispositivo legal.....	662
4.7.2.	Objetividade jurídica.....	662
4.7.3.	Objeto material	662
4.7.4.	Núcleo do tipo	662
4.7.5.	Sujeito ativo	663
4.7.6.	Sujeito passivo.....	663

4.7.7.	Elemento subjetivo	663
4.7.8.	Consumação	663
4.7.9.	Tentativa	664
4.7.10.	Ação penal	664
4.7.11.	Lei 9.099/1995	664
4.7.12.	Concurso material obrigatório	664
4.7.13.	Competência	664
4.7.14.	Classificação doutrinária	664
4.8.	Art. 201 – Paralisação de trabalho de interesse coletivo	664
4.8.1.	Dispositivo legal	664
4.8.2.	Introdução	665
4.8.3.	Objetividade jurídica	666
4.8.4.	Objeto material	666
4.8.5.	Núcleo do tipo	666
4.8.6.	Sujeito ativo	666
4.8.7.	Sujeito passivo	666
4.8.8.	Elemento subjetivo	666
4.8.9.	Consumação	667
4.8.10.	Tentativa	667
4.8.11.	Ação penal	667
4.8.12.	Lei 9.099/1995	667
4.8.13.	Competência	667
4.8.14.	Classificação doutrinária	667
4.9.	Art. 202 – Invasão de estabelecimento industrial, comercial ou agrícola. Sabotagem	667
4.9.1.	Dispositivo legal	667
4.9.2.	Introdução	668
4.9.2.1.	Invasão de estabelecimento comercial, industrial ou agrícola: art. 202, 1. ^a parte	668
4.9.2.2.	Sabotagem: art. 202, parte final	669
4.9.3.	Disposições comuns aos crimes previstos no art. 202 do Código Penal	669
4.9.3.1.	Sujeito ativo	669
4.9.3.2.	Sujeito passivo	670
4.9.3.3.	Elemento subjetivo	670
4.9.3.4.	Tentativa	670
4.9.3.5.	Ação penal	670
4.9.3.6.	Lei 9.099/1995	670
4.9.4.	Classificação doutrinária	670
4.10.	Art. 203 – Frustração de direito assegurado por lei trabalhista	671
4.10.1.	Dispositivo legal	671
4.10.2.	Introdução	671

4.10.3.	Objetividade jurídica.....	671
4.10.4.	Objeto material.....	672
4.10.5.	Núcleo do tipo.....	672
4.10.6.	Sujeito ativo.....	672
4.10.7.	Sujeito passivo.....	672
4.10.8.	Elemento subjetivo.....	672
4.10.9.	Consumação.....	672
4.10.10.	Tentativa.....	672
4.10.11.	Ação penal.....	672
4.10.12.	Lei 9.099/1995.....	672
4.10.13.	Concurso material obrigatório.....	673
4.10.14.	Classificação doutrinária.....	673
4.10.15.	Competência.....	673
4.10.16.	Figuras equiparadas: § 1.º.....	673
4.10.16.1.	Obriga ou coage alguém a usar mercadorias de determinado estabelecimento, para impossibilitar o desligamento do serviço em virtude de dívida (inciso I).....	673
4.10.16.2.	Impede alguém de se desligar de serviços de qualquer natureza, mediante coação ou por meio da retenção de seus documentos pessoais ou contratuais (inciso II).....	674
4.10.17.	Causas de aumento da pena: § 2.º.....	674
4.10.18.	Competência.....	676
4.11.	Art. 204 – Frustração de lei sobre a nacionalização do trabalho.....	676
4.11.1.	Dispositivo legal.....	676
4.11.2.	Introdução.....	676
4.11.3.	Objetividade jurídica.....	677
4.11.4.	Objeto material.....	677
4.11.5.	Núcleo do tipo.....	677
4.11.6.	Sujeito ativo.....	677
4.11.7.	Sujeito passivo.....	677
4.11.8.	Elemento subjetivo.....	677
4.11.9.	Consumação.....	677
4.11.10.	Tentativa.....	678
4.11.11.	Ação penal.....	678
4.11.12.	Lei 9.099/1995.....	678
4.11.13.	Concurso material obrigatório.....	678
4.11.14.	Competência.....	678
4.11.15.	Classificação doutrinária.....	678
4.12.	Art. 205 – Exercício de atividade com infração de decisão administrativa.....	678
4.12.1.	Dispositivo legal.....	678

4.12.2.	Objetividade jurídica.....	679
4.12.3.	Objeto material.....	679
4.12.4.	Núcleo do tipo.....	679
4.12.5.	Sujeito ativo.....	680
4.12.6.	Sujeito passivo.....	680
4.12.7.	Elemento subjetivo.....	680
4.12.8.	Consumação.....	680
4.12.9.	Tentativa.....	680
4.12.10.	Ação penal.....	680
4.12.11.	Lei 9.099/1995.....	680
4.12.12.	Competência.....	680
4.12.13.	Classificação doutrinária.....	681
4.13.	Art. 206 – Aliciamento para o fim de emigração.....	681
4.13.1.	Dispositivo legal.....	681
4.13.2.	Objetividade jurídica.....	681
4.13.3.	Objeto material.....	681
4.13.4.	Núcleo do tipo.....	681
4.13.5.	Sujeito ativo.....	682
4.13.6.	Sujeito passivo.....	682
4.13.7.	Elemento subjetivo.....	682
4.13.8.	Consumação.....	682
4.13.9.	Tentativa.....	682
4.13.10.	Ação penal.....	682
4.13.11.	Lei 9.099/1995.....	682
4.13.12.	Competência.....	683
4.13.13.	Classificação doutrinária.....	683
4.14.	Art. 207 – Aliciamento de trabalhadores de um local para outro do território nacional.....	683
4.14.1.	Dispositivo legal.....	683
4.14.2.	Introdução.....	684
4.14.3.	Objetividade jurídica.....	684
4.14.4.	Objeto material.....	684
4.14.5.	Núcleo do tipo.....	684
4.14.6.	Sujeito ativo.....	684
4.14.7.	Sujeito passivo.....	684
4.14.8.	Elemento subjetivo.....	685
4.14.9.	Consumação.....	685
4.14.10.	Tentativa.....	685
4.14.11.	Ação penal.....	685
4.14.12.	Lei 9.099/1995.....	685
4.14.13.	Competência.....	685
4.14.14.	Classificação doutrinária.....	685

4.14.15. Figura equiparada: art. 207, § 1.º.....	685
4.14.16. Causa de aumento de pena: § 2.º.....	686
5. DOS CRIMES CONTRA O SENTIMENTO RELIGIOSO E CONTRA O RESPEITO AOS MORTOS	687
5.1. Dos crimes contra o sentimento religioso.....	687
5.1.1. Art. 208 – Ultraje a culto e impedimento ou perturbação de ato a ele relativo.....	688
5.1.1.1. Dispositivo legal.....	688
5.1.1.2. Objetividade jurídica	688
5.1.1.3. Objeto material.....	688
5.1.1.4. Núcleos do tipo	689
5.1.1.5. Sujeito ativo	691
5.1.1.6. Sujeito passivo.....	691
5.1.1.7. Elemento subjetivo.....	691
5.1.1.8. Consumação e tentativa.....	691
5.1.1.9. Causa de aumento da pena: parágrafo único ...	692
5.1.1.10. Ação penal.....	692
5.1.1.11. Lei 9.099/1995.....	692
5.1.1.12. Classificação doutrinária.....	692
5.2. Dos crimes contra o respeito aos mortos.....	692
5.2.1. Art. 209 – Impedimento ou perturbação de cerimônia funerária.....	693
5.2.1.1. Dispositivo legal.....	693
5.2.1.2. Objetividade jurídica	694
5.2.1.3. Objeto material.....	694
5.2.1.4. Núcleos do tipo	694
5.2.1.5. Sujeito ativo	694
5.2.1.6. Sujeito passivo.....	694
5.2.1.7. Elemento subjetivo.....	694
5.2.1.8. Consumação	695
5.2.1.9. Tentativa.....	695
5.2.1.10. Causa de aumento da pena: parágrafo único ...	695
5.2.1.11. Ação penal.....	695
5.2.1.12. Lei 9.099/1995.....	695
5.2.1.13. Classificação doutrinária.....	695
5.2.2. Art. 210 – Violação de sepultura	696
5.2.2.1. Dispositivo legal.....	696
5.2.2.2. Objetividade jurídica	696
5.2.2.3. Objeto material.....	696
5.2.2.4. Núcleos do tipo	696
5.2.2.5. Sujeito ativo.....	697

5.2.2.6.	Sujeito passivo.....	697
5.2.2.7.	Elemento subjetivo.....	697
5.2.2.8.	Consumação.....	698
5.2.2.9.	Tentativa.....	698
5.2.2.10.	Ação penal.....	698
5.2.2.11.	Lei 9.099/1995.....	698
5.2.2.12.	Exclusão da ilicitude.....	698
5.2.2.13.	Classificação doutrinária.....	698
5.2.3.	Art. 211 – Destruição, subtração ou ocultação de cadáver...	699
5.2.3.1.	Dispositivo legal.....	699
5.2.3.2.	Objetividade jurídica.....	699
5.2.3.3.	Objeto material.....	699
5.2.3.4.	Núcleos do tipo.....	700
5.2.3.5.	Sujeito ativo.....	700
5.2.3.6.	Sujeito passivo.....	700
5.2.3.7.	Elemento subjetivo.....	700
5.2.3.8.	Consumação.....	701
5.2.3.9.	Tentativa.....	701
5.2.3.10.	Ação penal.....	701
5.2.3.11.	Lei 9.099/1995.....	702
5.2.3.12.	Distinções.....	702
5.2.3.13.	Art. 211 do Código Penal e autodefesa.....	703
5.2.3.14.	Classificação doutrinária.....	703
5.2.4.	Art. 212 – Vilipêndio a cadáver.....	703
5.2.4.1.	Dispositivo legal.....	703
5.2.4.2.	Objetividade jurídica.....	704
5.2.4.3.	Objeto material.....	704
5.2.4.4.	Núcleo do tipo.....	704
5.2.4.5.	Sujeito ativo.....	704
5.2.4.6.	Sujeito passivo.....	704
5.2.4.7.	Elemento subjetivo.....	704
5.2.4.8.	Consumação.....	705
5.2.4.9.	Tentativa.....	705
5.2.4.10.	Ação penal.....	705
5.2.4.11.	Lei 9.099/1995.....	705
5.2.4.12.	A questão do consentimento.....	705
5.2.4.13.	Classificação doutrinária.....	705
BIBLIOGRAFIA		707

